

Pastores e leigos protestantes “comunistas” sob a “mira” dos órgãos de informação e de repressão da ditadura militar brasileira

ANDRÉ SOUZA BRITO*

Antes de adentrarmos ao tema central é necessário traçarmos um breve esboço de como e porque se estruturou a complexa malha que constituía a chamada “comunidade de informações e de segurança” do regime militar. Nela, articulavam-se diversos órgãos federais, estaduais e municipais das polícias, agências militares das Três Forças e organismos federais dos ministérios civis.

Em abril de 1964 um golpe de Estado civil-militar encetou no governo do Brasil um grupo formado por indivíduos das Forças Armadas, afastando do poder o Presidente da República João Goulart, o qual chegara ao cargo pelas vias democráticas do regime político de então. Os homens, civis e militares, que instauraram um novo regime, que afirmavam ser democrático, possuíam certo projeto ideológico de nação fundamento na chamada Doutrina da Segurança Nacional (DSN), concebida no interior da Escola Superior de Guerra (ESG).¹

A concepção de mundo militar que fundamentara a nova missão a ser desempenhada pelas Forças Armadas no governo emergira do contexto de acirramento de disputas ideológicas travadas pelas duas superpotências, EUA e URSS, caracterizando-se pela “internalização da ideologia de guerra fria”. Desse modo, uma das preocupações contidas no programa da ESG e que foi operacionalizada pelo novo regime seria a de evitar que o Brasil, país tido por subdesenvolvido, se tornasse comunista devido à ação e influência ideológica do chamado “Movimento Comunista Internacional”.

A preocupação com o inimigo se desloca então do temor de uma possível agressão armada promovida por algum país comunista para o temor da “ameaça

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professor de História na Educação Básica da rede pública estadual e municipal na cidade de Volta Redonda (RJ).

¹Para detalhes acerca do papel da ESG nesse contexto cf. STEPAN, 1975. Acerca dos cursos que a ESG oferecia e como se dava a formação de oficiais e civis que nela ingressavam, muitos dos quais integrariam os quadros do SNI, ver QUADRAT, 2000.

interna”, oriunda de um “inimigo interno” (STEPAN, 1975: p. 36), acionando o alerta para a “realidade” da “guerra psicológica” que estaria em curso dentro do território nacional. Conseqüentemente, o “inimigo interno” passou a ser considerado como estando em qualquer setor da sociedade que agisse ou pensasse em desacordo com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Para os propósitos deste trabalho é necessário também compreender a “noção de segurança” forjada pelas lideranças do novo Estado, a qual emerge, em forma sintética, de um discurso proferido no dia 13 de março de 1967 pelo Marechal Castelo Branco, em aula inaugural na Escola Superior de Guerra. Ele nos oferece elementos para aquilatar o peso dispensado pelo regime aos “aspectos psicossociais” contidos em seu conceito de “segurança”, que:

Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificando na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa (Apud. FON, 1979: p. 28).

Nessa aparente atualização doutrinária as Forças Armadas sentem-se ainda mais compelidas à tarefa de guardiãs da “nação”, a qual é definida como sendo o território brasileiro e sua população “aglutinada sob tradições, costumes, hábitos, linguagem, idéias, crenças, vocações, lutas e vicissitudes comuns que visa a preservar os valores alcançados e a realizar os objetivos colimados” (FON, 1979: p. 28). Com efeito, tal definição sinaliza que as preocupações norteadoras da “defesa” da “nação” não se restringiriam à atuação dos “movimentos de guerrilha”. Portanto, todas as atividades desenvolvidas por indivíduos religiosos de oposição ligados a instituições do protestantismo ou do catolicismo poderiam ser enquadrados pelos órgãos de informação como elementos nocivos aos “aspectos psicossociais.” Logo, proteger a “nação”, mantê-la “pura” e imune à influência do “comunismo internacional”, passava pela imperiosa necessidade de monitorar eficazmente os “aspectos psicossociais” da sociedade, entre os quais encontravam-se a religião e as atividades de pessoas vinculadas às instituições religiosas.

Nessa perspectiva, era fundamental aos propósitos do Estado criar um aparato repressor eficiente e condizente com os desafios de identificar, controlar e, caso fosse

necessário, eliminar os potenciais “inimigos internos” da “segurança nacional”. Seguindo tal concepção fora criado pelo General Golbery, ainda em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), projetado para ser a “cabeça” do Sistema Nacional de Informações (SisNi).

A literatura que trata da História e das práticas do SNI e dos demais órgãos de informação e de segurança não é tão vasta, mas oferece trabalhos importantes que ajudam a compreender essa faceta tão importante do Estado erigido a partir de 1964. Em 1983 a jornalista Ana Lagôa publicou obra dedicada ao Serviço Nacional de Informações (SNI), identificando as principais diretrizes contidas na DSN que determinaram aos militares a imperiosa necessidade de sua criação. Demonstrou alguns de seus “métodos” utilizados para obter informações como, por exemplo, a violação de correspondências (através da cooperação de funcionários dos Correios) e os chamados “grampos telefônicos”. Apontou características de órgãos ligados aos ministérios militares, mas, que, trocavam informações com o SNI, tais como o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações do Exército (CIE), elencando nada menos que dezesseis órgãos integrantes da “comunidade de informações” (LAGÔA, 1983: p. 35). A lista apresentada por Lagôa, porém, deixou de fora outras agências da rede de espionagem e repressão do novo Estado, as quais aparecem na listagem atualizada pela historiadora Samantha Viz Quadrat (2004: p. 318), que também se dedicou ao tema:

Serviço Nacional de Informações (SNI), as DSIs (Divisão de Segurança e Informações), o CIEx (Centro de Informações do Exterior do Ministério de Relações Exteriores), FA-2 (segunda seção do EMFA), os E-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada organização militar, o CIE (Centro de Informações do Exército), os adidos do Exército (ADIEEx), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), os adidos aeronáuticos (ADIDAL), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), os CODIs e os DOIs (Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações de Informações) e, em cada município, a Divisão Municipal (DM), subordinada ao DOPS.

Outros autores, debruçando-se sobre farta documentação produzida pela comunidade de informações, buscaram compreender seu funcionamento, as peculiaridades inerentes a cada órgão que a compunha, os grupos sociais que mais

despertaram sua atenção e motivaram suas ações repressivas. Segundo o historiador Carlos Fico (2001: p. 21), “os milhares de papéis sigilosos que a comunidade de informações fazia circular internamente tinham como público ela própria, claro está, mas também informavam autoridades militares (e civis) que não a integravam diretamente.” Desse modo, argumenta o autor, “tais informações *não* se constituíam em um amontoado caótico de folhas dispersas abordando temas fragmentados, por vezes de maneira ridícula e sempre mobilizando um certo jargão” (p. 21). Pelo contrário, a importância do trabalho de tais agentes ia mais além, pois “configuravam, isto sim, uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção” (p. 21). A síntese bem elaborada por Fico (2001: p. 22) ajuda-nos a compreender os significados e conseqüências do trabalho da comunidade de informações:

Esse material retórico, como já se disse, municiou o “corpo de especialistas” de convicções para agir e forneceu (enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes da comunidade certos sentidos justificadores da repressão. Portanto, gerava efeitos extra-discursivos, podendo ser analisado como a narrativa de uma infâmia ou o poder simbólico do algoz. Assim, uma das formas mais eficazes do agir da comunidade de segurança e de informações foi o estabelecimento dessa relação entre ela própria, que “executava”, e os demais militares, que a admitiam, baseada na força de elocução de um tal discurso – que assim vivificava, recriava-se continuamente e sustentava ações.

A obra de Carlos Fico está fundamentada, sobretudo, nos papéis da outrora Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Justiça, mas não menciona, entre os exemplos de indivíduos e grupos sociais espionados pela comunidade de informações, casos de pastores ou leigos protestantes de oposição ao regime. O livro *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*, do jornalista Ayrton Baffa (1989) traz à luz uma miríade de assuntos e nomes de espionados, a maioria constituída de intelectuais e políticos que se opuseram de alguma forma à ditadura. Entretanto, no tocante ao “movimento religioso” ou ao tema do ativismo de indivíduos ligados ao universo da religião, o citado autor limita-se, semelhante ao que fez Carlos Fico, a afirmar que os documentos do SNI registravam nomes de membros do “clero” e da “Igreja”, apesar mencionar nomes de pessoas e instituições protestantes sem qualificá-las como tal. Com efeito, a despeito da significativa contribuição dada por esses e outros autores que estudaram as formas de agir das “comunidades de informação”, bem como atividades de setores da oposição democrática civil que estiveram sob o “olhar” e,

em muitos casos, sob a ação violenta de tais órgãos, permanece o que talvez pudéssemos classificar como “ausência de olhar” concernente aos citados atores sociais.

Se, de fato, como tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho, as atividades de indivíduos e instituições protestantes constituíram tema de interesse dos agentes estatais do SNI e de outros órgãos da comunidade de informações, como explicar sua ausência em trabalhos sobre o período? Eis um assunto que requer estudos específicos, mas extrapola os objetivos deste texto.

Um dos propósitos, portanto, da presente comunicação é tentar contribuir para o preenchimento da citada lacuna da historiografia sobre o regime militar. Paradoxalmente, se se trata mesmo de uma “ausência de olhar” por parte dos historiadores da atualidade, tal falta não acometeu os agentes do Estado de outrora. É o que procuraremos demonstrar a partir deste ponto, enfocando atividades desenvolvidas por pastores e leigos protestantes articulados através de um organismo ecumênico sediado no Rio de Janeiro chamado, inicialmente, Centro Evangélico de Informações (CEI) e, mais tarde, com a integração de membros católicos, em 1968, tornando-se Centro Ecumênico de Informações (CEI) e, em 1974, transformando-se em Centro Ecumênico de Documentação e Informações (CEDI).

PROTESTANTES ECUMÊNICOS SOB VIGILÂNCIA

O primeiro caso identificado de monitoramento de pastores membros do CEDI aparece em informe produzido pelo DGIE, polícia política do Rio de Janeiro que substituíra o extinto DOPS. De acordo com o documento, o veículo de comunicação editado pelo órgão ecumênico tinha como diretor “Domício Pereira de Matos, Pastor Presbiteriano, com registros desabonadores no CIE” (Fundo das Polícias Políticas, 1979, folhas 50/51). A expressão “registros desabonadores” é recorrente nos documentos da comunidade de informações, bastando para tanto que a pessoa tenha emitido, por qualquer meio, opinião contrária ao regime. Verifica-se, no caso em questão, a costumeira troca de informações entre os órgãos da rede de informação. O DGIE fora buscar dados sobre Domício Pereira de Matos com outros órgãos mais “capacitados” que ele no que diz respeito à produção de informações e operações de repressão: o Centro de Informações de Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). O informe do Cenimar nº 1816, produzido em 1965, revela

aspectos do “olhar” da repressão acerca de setores do protestantismo através do documento do DGIE:

(...) era Pastor da Igreja Presbiteriana da Praia de Botafogo (...). É o mentor, fundador e um dos diretores do CEI/ (Centro Evangélico de Informação), organizado após a Revolução. Distribui o Boletim CEI de inspiração comunista, ainda que veladamente. (...) pertenceu, também antes da Revolução, a Diretoria da Confederação Evangélica do Brasil, onde sempre manteve acentuada atuação esquerdista (Fundo das Polícias Políticas, 1979, folhas 50/51).

Trechos do excerto começam a nos esclarecer o porquê de o Pastor possuir os tais “registros desabonadores”. O religioso se colocava à esquerda da arena política sobre a qual os militares pretendiam manter total controle. Assim, Domício Pereira de Matos era qualificado pelos agentes do regime de modo pejorativo como “esquerdista”, sobretudo, devido ao seu ativismo de oposição. Outra observação que chama à atenção é que desde a “Revolução” já havia monitoramento sobre este setor do protestantismo que, no período do governo Jango, engajara-se nas campanhas pelas “reformas de base”. O excerto menciona, ainda, o periódico *Boletim CEI*, produzido pelos protestantes desde 1965, através do qual pretendiam “despertar a consciência” política dos membros de suas Igrejas para a necessidade de atuarem de modo mais efetivo no contexto da violenta realidade sociopolítica advinda com o novo modelo de Estado imposto pelos militares. Em consequência dessa perspectiva crítica, o analista de informações do Cenimar qualificou o *Boletim CEI* como sendo portador de “inspiração comunista, ainda que veladamente”.

Na sequência, o mesmo informe sublinha a atuação do Pastor Domício Matos durante o período de complexa efervescência política e social no governo João Goulart, quando “foi um dos propagadores da Conferência do Nordeste² realizada em 1962, em Recife, e de inspiração claramente comunista.” Continua o analista, observando que o Pastor “escrevia na revista para uso da Escola Dominical, lições eivadas de conceitos comunistas” (Fundo das Polícias Políticas, 1979, folhas 54/55) e que era “bastante ativo nas lides esquerdistas. Autor do livro recentemente editado ‘A Posição Social da Igreja’ em que ataca sua própria Igreja/Presbiteriana” (folhas 54/55).

Outro documento, mais recente, do Serviço de Informações (SI) do Departamento de Polícia Federal (DPF-RJ), datado de 1981, traz ainda outros dados

² Para detalhes acerca da História da Conferência do Nordeste ver CESAR, 1962.

acerca do Pastor Domício Matos obtidos de informes produzidas pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Segundo a informação nº255/81, ele havia sido “editor e redator do jornal ‘Brasil Presbiteriano’, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil”, e que fora “retirado deste cargo após a Revolução de 1964.” Acrescenta o documento da Polícia Federal que Domício Matos “durante seu exercício atribuiu ao jornal um caráter nitidamente derrotista, com ataques às autoridades e instituições da própria Igreja Presbiteriana, o que somente atendia aos interesses da corrente esquerdista da I.P.B.” (Fundo das Polícias Políticas, 1981, folhas 490).

Não satisfeitos com os dados levantados, os agentes do DGIE recorreram ao serviço secreto de informações do I Exército, sua 2ª Seção, no Rio de Janeiro, onde descobriram, através do Pedido de Buscas (PB) nº141 de 1975, que o Pastor Domício Matos estivera em “Juiz de Fora para participar do culto ecumênico realizado em 20/12/74, por ocasião da formatura dos Administradores de Empresa pela Fundação Educacional Machado Sobrinho”, no qual fora distribuído um “texto de cunho subversivo” aos participantes da cerimônia.

Outro membro do CEI/CEDI que esteve sob o “olhar” dos órgãos da comunidade de informações foi o leigo protestante da Igreja Congregacional e, mais tarde, professor de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Jether Pereira Ramalho. Ele foi um dos membros mais destacados do organismo ecumênico e, por essa razão, também um dos mais monitorados pelos órgãos estatais. Desde os primeiros anos do Centro Ecumênico de Informações (CEI), quando Jether ainda era recém formado pelo IFCS, já era observado pelos espiões da repressão e por “informantes” da UFRJ. Em documento de 25 de julho de 1969, da 2ª Seção do I Exército, produzido com base no informe oriundo do Centro de Informações do Exército (CIE), Jether Ramalho era apontado como um dos “elementos subversivos” envolvidos na preparação de um protesto contra a visita ao Brasil de um dos principais representantes do capitalismo multinacional e do “imperialismo norteamericano”. Uma frase do documento fornece indícios sobre a identidade da “informante” do serviço secreto do CIE dentro do ICFS: “O Sr. Jether justificou sua presença a uma professora democrata, dizendo que fora tratar da emissão de seu diploma” e mais:

Afirma-se no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais que pessoas ligadas a esquemas de âmbito latino-americano (Centro Latino Americano de Ciências Sociais -CHILE); organizações protestantes ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas, etc., estão muito ativas nesses últimos dias. É usado o termo “estão mobilizadas”. Trata-se da preparação da “visita ROCKFELLER” (Fundo das Polícias Políticas, 1969, folhas 183).

O informe nº 569 da 2ª Seção do I Exército segue relatando intensa movimentação que estaria se passando nos bastidores do movimento estudantil no interior do IFCS com a ajuda de Jether Ramalho. É interessante notar que, ao longo da narrativa do oficial que redigiu o documento, verifica-se que havia vários “informantes” dos órgãos de repressão no IFCS, além da “professora democrata” citada. A identidade dessas pessoas não revelada, mas poderiam ser agentes militares “infiltrados”³, estudantes ou mesmo funcionários da Universidade. Outro ponto a observar é que o documento sugere que, naquele episódio, a repressão direta no IFCS ficou a cargo da polícia política. Enquanto os agentes do Exército apenas tomaram ciência dos acontecimentos e relataram passo a passo o caso em que Jether e outros “elementos subversivos” estiveram prestes a cair nas mãos da Polícia por conta da organização do manifesto contra Rockefeller (Fundo das Polícias Políticas, 1969, folhas 183). Com todo esse monitoramento dos militares, ainda mais contando com a ajuda de “informantes” dos órgãos de repressão, ficam evidentes as dificuldades que os opositores da época encontraram para desenvolver qualquer modalidade de protesto nas ruas do Rio de Janeiro.

Logo após a narrativa dos fatos ocorridos no episódio do IFCS, o documento do I Exército passa às observações pormenorizadas acerca da militância de Jether Ramalho, mas não cita os demais envolvidos, o que talvez se explique pela amplitude das ligações de Jether no exterior. Volta à cena o interesse dos agentes pelas atividades de Jether Ramalho no Centro Ecumênico de Informações (CEI) e suas “articulações” no Brasil e na América Latina: “JETHER viaja constantemente ao exterior, e tem articulações em toda a AMÉRICA LATINA. Esteve entre (creio que em 66) na Universidade de São Marcos, de onde trouxe publicações comunistas” (Fundo das Polícias Políticas, 1969, folhas 183). No contexto da análise que o oficial do Exército faz da militância de Jether

³Era prática comum dos órgãos de informação e de segurança do regime militar “infiltrar” um ou mais agentes no interior de movimentos de oposição e grupos de esquerda armada. A ideia visava obter informações e possibilitar a coordenação de ações para desarticular tais organizações cf. D’ARAÚJO, 1994.

surge a primeira observação – pelo menos até onde conseguimos verificar – de um órgão da comunidade de informações sobre o organismo ecumênico estrangeiro protestante Conselho Mundial de Igrejas (CMI), insinuando seu perfil comunista. Diante dos dados disponíveis acerca do leigo protestante Jether Ramalho a conclusão do analista é taxativa:

O diagnóstico é que se trata de um elemento comunista, demais ligado ao Conselho Mundial de Igrejas, órgão que, pelo tipo, permite a hipótese de alguma ligação com MOSCOU. [...] JETHER goza de excelente conceito junto a alguns homens da atividade pública (diretores de repartições, por exemplo,) que ficariam estarecidos se tivessem ciência da verdadeira atuação dele. [...] JETHER PEREIRA RAMALHO é membro da “AP”, com ações na GB. Suspeita-se que com suas viagens ser uma espécie de “POMBO-CORREIO”, no preparo de manifestações esquerdistas e agitações (Fundo das Polícias Políticas, 1969, folhas 181/182).

Como era de se esperar, as informações foram enviadas ao DOPS da Guanabara, o qual procedeu ao levantamento dos dados disponíveis de que dispunha acerca dos “elementos subversivos” e preparou documento por intermédio de sua Divisão de Informações, datado de 11 de setembro de 1969, acrescentando o seguinte sobre Jether:

“Segundo dados de 22/10/65, fazia a divulgação da ‘AÇÃO POPULAR’, junto ao setor das Igrejas protestantes”.
“Segundo dados de 2/5/67, fazia parte ou faz parte do ‘MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL’, denominado ‘MOLINA’, que visava incentivar a participação de estudantes universitários em protestos, passeatas, concentrações, etc., o epígrafe que era do ‘COMANDO INTELLECTUAL’ do citado Movimento, não se fazia presente às manifestações, agindo apenas na organização. Segundo dados reservados de 8/9/67, é militante da ‘AÇÃO POPULAR’ e mantinha ligação com TOMIKO TANAAMI, elemento que servia de contato no Rio, com esquerdistas de outros Estados [...] (Fundo das Polícias Políticas, 1969, folhas 178).

Algumas suspeitas levantadas até aqui pela documentação outrora sigilosa, envolvendo, especialmente, os nomes do Pastor Domício Matos e o de Jether Ramalho não eram de todo descabidas ou visavam apenas incriminá-los. Nesse sentido, as atividades de oposição desses evangélicos protestantes registradas em *Apesar de Vocês*, trabalho do historiador James Green (2009) recentemente publicado em português corroboram algumas preocupações emitidas pelos agentes estatais. Na obra ele aborda uma gama de iniciativas de religiosos, de intelectuais, de acadêmicos e de exilados brasileiros de esquerda que, nos Estados Unidos, esforçaram-se para mobilizar a *opinião pública*, a imprensa e o governo norte-americano em torno da questão dos direitos

humanos e das torturas que estavam ocorrendo sob os auspícios da ditadura brasileira desde 1964.

Além do pastor Domício Pereira de Matos e de Jether Ramalho, o mesmo autor elenca nomes de diversos leigos e pastores protestantes que atuaram nessa *campanha* internacional travada para denunciar a tortura e “isolar” o governo brasileiro no exterior, particularmente nos Estados Unidos. Segundo Green (2009, p. 216), em dezembro de 1969, “Jether Ramalho e Domício Pereira haviam levado aos Estados Unidos, escondida na bagagem ou junto ao corpo, uma coleção de documentos que detalhava o sucedido a centenas de prisioneiros políticos brasileiros”. Ela fora levada “clandestinamente do Brasil” e apresentava eloquentes “testemunhos individuais e em grupos”, escritos, no mesmo mês em que viajaram, por “dezesseis prisioneiras em um centro de detenção no porto do Rio de Janeiro.” Eles entregaram o material ao pastor William Wipfler, da Igreja Episcopal, e líder do *National Council of Churches* (Conselho Nacional de Igrejas), organismo ecumênico dos EUA formado por representações de diversas igrejas evangélicas.

A reação do clérigo diante do desesperado testemunho escrito dos que clamavam por ajuda no Brasil foi um misto de surpresa e indignação. Isso parece ter motivado-o, ainda mais a agir, pelo que afirmara anos depois: “Diversas estavam rabiscadas em pedaços de papel sujo, sacos de papel ou envelopes amarrotados, e era difícil decifrá-las. [...] Eu sabia que a situação era ruim no Brasil, mas nunca tinha visto nada escrito, nenhum texto” (Green, 2009, p. 216).

Segundo James Green, depois do episódio, o clérigo William Wipfler convidara Domício Matos, Jether Ramalho, o Pastor presbiteriano brasileiro Jovelino Ramos e Rubem Cesar Fernandes, intelectual protestante brasileiro exilado, a realizar relevante missão a partir dos relatos de tortura oriundos das prisões brasileiras. Para tanto, cedeu-lhes uma sala no Conselho Nacional de Igrejas e, durante dois meses, eles “organizaram o material, indexaram as denúncias e prepararam um dossiê completo que poderiam publicar em inglês e distribuir amplamente nos Estados Unidos” (Green, 2009, p. 217). O impacto dessa iniciativa foi tal que acabou contribuindo indiretamente para o lento processo de mudança, entre outras coisas, da grande imprensa, da opinião pública norte-americana e, por fim, da política externa norte-americana para o Brasil e para a América Latina.

Com efeito, entre os integrantes do CEI, Jether é o que possui um dos registros mais antigos junto ao DOPS: 1965, mesmo ano da fundação do organismo ecumênico. Cumpre ressaltar que, a despeito da imagem negativa pintada pelos documentos dos órgãos de informação e repressão acerca dos protestantes aqui listados, a militância da qual participavam era, a seus olhos, legítima e condizente com as genuínas doutrinas cristãs que professavam. Nesse sentido, a equipe do CEDI, 1975, avaliou da seguinte maneira a trajetória do órgão ecumênico:

Somos hoje equipe ecumênica de pastores, padres e leigos cristãos, que não põe limites estruturais à Igreja de Jesus Cristo. Pelo contrário, somos a IGREJA buscando, como Ele, o Senhor, a encarnação da Justiça e da Liberdade. E Deus nos tem ajudado! Por isso vamos prosseguir (Boletim CEI, 1975, p. 2).

Waldo Cesar, outro destacado militante protestante ecumênico, apresenta, em texto publicado em 2003, sua avaliação do horizonte histórico vislumbrado a partir daquele contexto repressivo em que produziam e divulgavam o *Boletim CEI*, explicando que uma das suas propostas era a de servir como:

[...] estímulo à rede de pessoas e instituições inconformadas com o autoritarismo eclesiástico e secular. O CEI teve apoio substancial de um comitê formado nos Estados Unidos – e aqui também contamos com iniciativa e participação de Richard Shaull, radicado nos Estados Unidos e professor no Princeton Theological Seminary. Pode-se dizer que a repressão, ao fechar os espaços públicos de nossa atuação, abriu novos horizontes de solidariedade, posta à prova pelo seu caráter clandestino ou semiclandestino. A geografia dos regimes autoritários, ocupando o continente latino-americano, tinha a sua contrapartida num amplo e corajoso círculo de contestadores mais e mais comprometidos com o povo e o seu sofrimento. O horizonte ecumênico se amplia ao campo secular, que nos pareceu então mais aberto e mais corajoso do que o pequeno mundo das lideranças evangélicas. O sentido relacional da cultura brasileira (como sugere o antropólogo Roberto da Mata), era experimentado como novidade do espírito e de uma nova práxis (grifos do autor) (CESAR, 2003: p. 25).

Entre as principais atividades dos membros do CEI, desde os anos 1965, estava a busca por respostas às demandas imergidas do seio “sociedade civil”, em especial, dos movimentos sociais que, mesmo sob repressão do novo Estado erigido no pós-1964, continuavam vivos através do que poderíamos chamar de “redes subterrâneas”. Assim, o pastor Zwinglio Mota Dias, que fora preso em 1970 por seu ativismo de esquerda, recordou-se, em trabalho recente de 2008, das principais demandas que o CEI/CEDI tentou suprir, as quais diziam respeito aos seguintes pontos:

[...] formação política, educação de base, organização de movimentos populares reivindicativos de direitos, formação teológica, análises do desenvolvimento da conjuntura político-econômica, defesa e promoção dos Direitos Humanos, documentação histórica das lutas populares, planos de pastoral etc. (DIAS & TEIXEIRA, 2008: p. 68).

De acordo com o mesmo autor, o CEDI inseria-se num contexto mais amplo de “construção da democracia”, em que diversos indivíduos e instituições tomaram parte. Nessa empreitada, segundo Zwinglio, o órgão ecumênico desempenhou papel relevante, sobretudo, pelo fato de contar com apoio financeiro externo:

Os recursos para o financiamento e para a sustentação de incontáveis programas e projetos de mobilização, organização e emancipação, oriundos de iniciativas populares carreadas por instâncias das igrejas e de organismos ecumênicos e, muitas vezes, monitorados por Ongs especializadas que emergiam desse complexo processo de construção da democracia a partir das bases da sociedade, provieram, em sua maioria, de Agências internacionais de Cooperação ao Desenvolvimento, tanto européias como norte-americanas, destacando-se aí as Agências de Cooperação Ecumênicas, articuladas pelo Conselho Mundial de Igrejas, as Agências Católicas e outras sem caráter confessional (DIAS & TEIXEIRA, 2008: p. 68).

Com efeito, os órgãos estatais realizaram levantamentos de todos os programas e projetos desenvolvidos pelo CEDI, os responsáveis pela implementação de cada um deles e os grupos ou classes sociais a que visavam atingir. Em linhas gerais, a suspeita era a de que a entidade o órgão ecumênico não estivesse atuando de acordo com o tipo de registro legal que possuía, isto é, como uma “editora LTDA.” Portanto, à medida que a equipe do CEDI expandia suas atividades para além das publicações, produzindo estudos encomendados por instituições variadas, inclusive pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e para o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), crescia, também, o empenho da comunidade de informações no sentido de aprofundar o monitoramento em torno das atividades de seus membros.

Desse modo, tais conexões e redes ecumênicas internacionais, apontadas anteriormente por Zwinglio Dias, não escaparam ao monitoramento dos “espiões” dos órgãos estatais. É interessante notar que, sobretudo a partir do final dos anos 1970, a preocupação dos órgãos de informação com as atividades do CEDI chegou tal ponto que passaram a espionar todo movimento de entrada e saída de recursos financeiros. É o caso de um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), Agência Rio de

Janeiro (ARJ), intitulado “recursos financeiros destinados ao CEDI do exterior” (Serviço Nacional de Informações, 1980, ACE nº 4153, folha 1).

Através de um trabalho conjunto, envolvendo diversos órgãos do regime militar, foram elaboradas listas detalhadas, contendo nomes, funções, salários recebidos por funcionários e membros do CEDI, as quantias auferidas com as doações canalizadas de entidades do exterior, dentre outras informações (Divisão de Segurança e Informações, 1984, folhas 276/289).

Ao longo da história do CEI/CEDI, diversos intelectuais de origem protestante e católica, além de religiosos de diferentes denominações e de cooperadores que não possuíam vínculo formal com as igrejas fizeram parte da entidade. Além dos nomes já citados, a análise de diversos números do *Boletim CEI* e da revista *Tempo e Presença* nos permite mencionar os seguintes: Rubem Alves, José Oscar Beozzo, Aloísio Mercadante Oliva (escolhido Ministro de Estado pela Presidenta Dilma Roussef, em 2011), José Ricardo Ramalho, Paulo Botas, Claudius Ceccon, Carlos Mesters, Anita Slade, Letícia Cotrim, Carlos Cunha, Elter Dias Maciel, Paulo Ayres Mattos, Edin Abumanssur, Regina Novaes, dentre outros.

Após um tempo considerável de acompanhamento do CEDI, a comunidade de informações e de segurança havia adquirido condições de traçar um quadro mais preciso das atividades do órgão ecumênico. Para o caso de relações ecumênicas estabelecidas entre ele e outros organismos e instituições descobriram que:

O CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI), que faz publicar mensalmente a revista “Tempo e Presença”, segue a orientação vinda do CMI e se constitui em ponto focal de outras organizações tais como a FEDERAÇÃO NACIONAL DE IGREJAS PRESBITERIANAS (FENIP), INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER) e FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE), entre outros (Fundo das Polícias Políticas, 1979, folhas 90-B).

Desse modo, se, em agosto de 1979, como afirma o documento do DGIE anteriormente citado, a comunidade de informações não conhecia “em detalhes” a maneira como era feita a “distribuição” dos periódicos do CEDI, em novembro do mesmo ano, já havia, no entanto, um levantamento preciso acerca de diversas pessoas e organizações que recebiam tais materiais no Brasil e no exterior (Serviço Nacional de Informações, 1980, ACE nº 4935/, folhas 1). No tocante à atuação em prol da promoção

da temática dos direitos humanos através da troca de informações com organizações latino-americanas constatou-se, em novembro de 1978, que:

As ligações internacionais realizadas, muito provavelmente em GENEBRA, por elementos ligados ao CEDI [...] estão dando os seus frutos. Assim, a organização Argentina 'FAMILIARES DE DESAPARECIDOS Y DETENIDOS POR RAZONES POLITICAS', com sede em BUENOS AIRES (rua Corrientes 1785 – 5º piso 'J' - 1042) e a publicação semanal mexicana intitulada "Comunicaciones CENCOS", de orientação comunista (pró-URSS), têm mantido contatos com o CEDI, consubstanciados na troca de publicações (Fundo das Polícias Políticas, 1979, Folhas 90-C).

Em 16 de junho de 1980, o Serviço Nacional de Informações (SNI), expandindo ainda mais seu conhecimento da difusão dos periódicos do CEDI, contabilizou nada menos que sessenta e cinco organismos e igrejas, bem como diversas pessoas físicas – os nomes estão tarjados nos documentos do SNI – espalhados por vários países da Europa, das Américas e de Angola (Serviço Nacional de Informações, 1980, ACE nº 2982/1980, folhas 1/6) para os quais a publicação havia sido enviada. E mais, constatou que, em maio de 1980, a Revista *Tempo e Presença*, fora enviada para 27 países do globo. Para alguns deles, o periódico fora endereçado a diversas pessoas, organismos e igrejas (Serviço Nacional de Informações, 1980, ACE nº 2982/80, folhas 1-6) e a maioria dessas instituições reproduzia em seus respectivos veículos de comunicação as informações recebidas do CEDI. Diante disso, não admira o tom da conclusão do analista do SNI:

Considerando que "TEMPO E PRESENÇA" é uma publicação editada por fração da Igreja Protestante engajada no ecumenismo e na "Teologia da Libertação", cuja tônica é o combate às medidas e às autoridades governamentais apontando, como única solução viável para nossos problemas o socialismo marxista, é fácil aquilatar dos danos que causa, ao nosso País, sua crescente difusão no exterior (grifo nosso)(Fundo das Polícias Políticas, 1979, Folhas 90-C).

O penúltimo número de *Tempo e Presença* analisado pelo SNI trazia o seguinte título: “democracia, a partir das bases” (*Tempo e Presença*, 1980, p. 6), apresentando trechos do programa de trabalho do recém criado Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder maior era o então torneiro mecânico e sindicalista do ABCD paulista, Luís Inácio Lula da Silva – Presidente eleito da República Federativa do Brasil entre os anos de 2003 e 2010. Ao difundir as propostas do PT, a equipe do CEDI apresentava aos leitores uma via de participação políticopartidária que não se coadunava com a mentalidade dos agentes da comunidade de informações, sobretudo de setores da chamada “linha dura”,

configurando, assim, um comportamento político que, no imaginário dos agentes estatais, tinha tudo a ver com o “comunismo internacional” ou com o “socialismo marxista.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia frequentes exageros e distorções da realidade nos documentos dos órgãos de informação e de segurança, especialmente quando sugeriam que os integrantes do CEDI propugnavam pelo estabelecimento do “socialismo marxista” no Brasil. De fato, nas páginas dos periódicos do CEI/CEDI, velada ou abertamente, a visão crítica em relação ao governo militar era uma constante. Apresentavam-se como um entre vários canais de veiculação de notícias, visando mostrar a face do regime que se esforçava, ao extremo, para ser visto como o “guardião” dos “verdadeiros” valores da “nação democrata e cristã”. Consequentemente, sob o “clima quente” dos tempos de Guerra Fria, um projeto como o do CEI/CEDI pautado na idéia de “informar, de conscientizar e de mobilizar” a sociedade, dificilmente poderia ser interpretado de outra forma pelos agentes estais de um Estado militarizado.

Entretanto, sob o nosso ponto de vista, é lícito avaliar positivamente a experiência histórica protagonizada pelos militantes do CEI/CEDI, sobretudo, pela contribuição dada ao processo de oposição à ditadura e de tentativa de construção de uma sociedade mais justa, tolerante e democrática. Assim, é igualmente lícito inserirmos tais atividades sob o raio de ação do que Marcelo Ridenti classificou como um “arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura [...]”, mas que “nunca chegou a se unificar, pois a única afinidade existente em seu seio era o fim da ditadura” (RIDENTI, 2004: p. 141). Ademais, as críticas que o CEI/CEDI e seus militantes sofreram oriundas dos órgãos estatais, ao longo de sua trajetória, soam como atestado de que seu trabalho não foi em vão. Inevitavelmente, suas atividades, continuaram sob o “olhar atento” dos órgãos de informação e de repressão mesmo após o término do regime militar, em 1985.⁴ Entretanto, tal contexto extrapola os objetivos deste trabalho.

⁴A documentação analisada aponta a continuidade das investigações durante todo o período de existência do SNI. Não surpreende se o mesmo for válido par a substituta do SNI, a Agência Brasileira de Investigações (ABIN).

FONTES PRIMÁRIAS:

Boletim CEI, Rio de Janeiro: CEDI, n. 100, mar. 1975, p. 2.

Divisão de Segurança e Informações – Ministério das Relações Exteriores - Arquivo Nacional – Coordenação Regional, DF, informação nº 167/140/AC/, folhas 276/289. 1984.

Fundo das Polícias Políticas. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro:

Setores:

Secreto, pasta 49, Folhas 183, Caixa, 403, 1969.

DGIE, pasta 247-B, Folhas 50 a 55, 1979.

DGIE, pasta 247-B, Folhas 90-B, 04 set. 1979.

DGIE, pasta 306, Caixa 1297, Folhas 490, 1981.

DGIE, pasta 247-B, Folhas 90-C, 05 nov. 1979.

Serviço Nacional de Informações - Arquivo Nacional - Coordenação Regional, DF, ACEs n^{os}: 4153/, folha 1, 1980.; 2982/, folhas 1/6, 1980.; 4935/1980, folhas 1.

Tempo e Presença, Rio de Janeiro: CEDI, n. 160, jun. 1980. p. 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: Iser, 1985.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

CESAR, Waldo. “Igreja e Sociedade – ou Sociedade e Igreja?”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23. n. especial. 2003.

_____. *A Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Recife: Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, 1962.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

DIAS, Zwinglio Mota; TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 1979.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2000.

_____. “Muito além das fronteiras.” In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.